

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ESTERILIZAÇÃO OU PLANEJAMENTO FAMILIAR? A POLÍTICA DE CONTROLE DA NATALIDADE NO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS (1985-1986)

Vanessa Cristina da Silva Sampaio

Mestranda em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM

vanessa-css@hotmail.com

Resumo: Considerando a predominância feminina nos postos de trabalho no Distrito Industrial de Manaus na década de 1980, este trabalho discute a política de controle da natalidade e a esterilização em massa aplicada nas operárias metalúrgica de Manaus. A pretensão é associar a questão de gênero, exploração e política sexista praticada no chão das fábricas do Distrito Industrial, bem como, compreender o posicionamento do poder público ao lidar com um tema tão polêmico e controverso, sobretudo, pela divulgação simplista que se fez sobre a questão da esterilização no âmbito laboral. Para uma compreensão mais detalhada sobre os processos de luta e resistência feminina, utilizaremos os jornais *A Crítica* e *Jornal do Commercio* para entendermos como as operárias manauaras resistiram a inúmeras formas de exploração e dominação de seus corpos. Também serão utilizados, os relatórios encontrados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) que traçam a atuação do “Projeto Pathfinder” não apenas em Manaus, mas em outras regiões do Brasil, nos quais suscitou inúmeros debates e disputas acirradas pelo controle da mulher enquanto ser social. Tais procedimentos levou a seguinte questão: quais os limites entre o que seria uma intervenção na esfera familiar ou que poderia se uma esterilização em massa? Responder esse questionamento é o objetivo deste trabalho.

Palavras-chaves: Esterilização. Controle da Natalidade. Projeto Pathfinder

Introdução

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A trajetória dos trabalhadores amazonenses, especificamente do Distrito Industrial de Manaus, acompanhou o processo de ressignificação do movimento operário em múltiplas categorias e significados distintos, sobretudo, por legitimar o reconhecimento de lutas antigas, suscitando o debate acerca da luta operária e de suas relações entre patrões e empregados. Neste contexto de transformações, a atuação das mulheres foi fundamental para expor as desigualdades inerentes à categoria metalúrgica manauara, protagonizando um dos embates mais significativos para a classe trabalhadora amazonense dos últimos anos. Os passos desta luta feminina é o que veremos a seguir.

Projeto *Pathfinder*: esterilização em massa ou planejamento familiar?

Mediante o cenário de exploração e depreciação da condição de mulher dentro do Distrito Industrial de Manaus, nos deparamos com inúmeros casos de arbitrariedades cometidos contra as trabalhadoras do setor metalúrgico manauara. Um deles foi a distribuição de anticoncepcionais, um indício da presença de uma forte orientação para que não houvesse gestantes no quadro de empregados. No processo de contratação, a preferência era por mulheres solteiras e sem filhos. (*A Crítica*, 12 de fev/1986 p.10). Um exemplo deste controle sobre os corpos femininos foi a implantação do *Projeto Pathfinder*. Teoricamente, implantado com o objetivo de estimular e apoiar soluções inovadoras no campo populacional e de estratégias de planejamento familiar, na prática tinha o intuito de esterilizar as operárias do Distrito Industrial de Manaus, em um prazo de 12 meses a contar de julho de 1985, inicialmente atingindo 2.400 famílias. “O projeto pretendia desenvolver as seguintes ações: doação de 60% de anticoncepcionais orais, 20% de aplicação de DIU, 10% de laqueaduras e 10% de outros métodos” (*A Crítica*, 05 de maio /1986, p.11).

Com isso, a empresa se tornou um espaço de discriminação e manipulação dos corpos femininos, evitando que as operárias ficassem grávidas. O principal objetivo de implementação deste projeto no setor industrial era “eliminar atrasos, faltas e licenças que prejudicassem a produção, assim como, conter o aumento excessivo do exército de reserva” (RIBEIRO, 1987, p.289). A implantação do projeto no Distrito Industrial de Manaus nasce por iniciativa dos empresários, com o apoio do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Departamento Materno-Infantil da Universidade do Amazonas através da empresa americana *Pathfinder Fund*, especializada em programas de planejamento

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

familiar nos países da África, Ásia, Europa e América Latina. A empresa foi fundada em 1957, mas iniciou suas atividades antes mesmo da década de 1920, com o Dr. Clarence Gamble, fundador da empresa. No Brasil, passou a operar no início da década de 1980, com sede situada em Salvador, Bahia, tendo como representante legal, o professor da Universidade Federal da Bahia, José Santiago Gonzales.

No Amazonas, essa prática já vinha sendo frequentemente denunciada. A prática do planejamento familiar foi amplamente condenada, como foi possível notar em carta aberta destinada ao Papa João Paulo II, em visita a Manaus em julho de 1980. Nesta carta – assinada pelo Comitê da Mulher Operária Amazonense, Comitê da Mulher Universitária do Amazonas, Partido dos Trabalhadores – PT/AM, Fórum da Amazônia e entidades solidárias como a Associação dos Professores do Amazonas (APPAM) e Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas (ADUA) –, é possível notar o repúdio quanto ao controle da natalidade praticada pelo Governo do Estado do Amazonas nas mulheres da região. A nota denuncia que, aproximadamente desde 1978, alguns municípios do interior do Amazonas vêm praticando o projeto de “planejamento familiar”, através de um médico suíço (cujo nome não foi divulgado), a serviço de uma empresa estrangeira (*Jornal do Commercio*, 07 de jul/1980 p.05).

A questão do planejamento familiar se mostra bastante polêmica, trazendo múltiplas interpretações dos quais nenhuma considera a mulher como agente principal. De acordo com Anelise Rodrigues Machado de Araújo, a discussão pública em torno das práticas de reprodução, sobretudo, a partir da década de 1960 ganharam notoriedade e passaram a ser pautadas pelo Estado e pela imprensa midiática como uma narrativa de controle da natalidade, nos quais “presença das políticas norte-americanas no Brasil foi institucionalizada e suas principais defesas, tais como a liberdade de consumo e a estabilidade da família nuclear, ecoaram pela imprensa periódica do maior país sul-americano.” (ARAÚJO, 2015, p.09). Houve, sobretudo, um abuso sobre o corpo feminino, uma cadência centrada no aspecto de depreciação moral da mulher operária. Segundo dados do Portal Estudos do Brasil Republicano, a partir da virada para a década de 1980, a questão do planejamento familiar passou a obter maior abrangência, derivados das indagações das mulheres que defendiam políticas que contemplassem o contexto da saúde integral da mulher, incluindo contracepção, atendimento ginecológico geral e não

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apenas reprodutivo ou de gestação. Neste sentido, em 1983, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) seguindo estas orientações. De acordo com Maria José Martins Duarte Osis, esse programa foi vanguardista por ser a primeira vez que o Estado propôs explicita e oficialmente, ações concernentes ao planejamento familiar, ou seja, um programa que contemplava o controle da reprodução. A proposta do PAISM se baseava em atender as necessidades da população feminina, “ênfatizando as ações dirigidas ao controle das patologias mais prevalentes nesse grupo; estabeleciam também a exigência de uma nova postura de trabalho da equipe de saúde em face do conceito de integralidade do atendimento” (OSIS, 1998, p.27) Os debates ocorridos em 1986 incluíram uma preocupação com as crises econômicas e como o aumento demográfico poderia acentuar problemas estruturais e prejudicar o desenvolvimento econômico. Para Luiz Carlos Bresser Pereira, essas questões são carregadas de conotações ideológicas, sobretudo, por não reconhecer com clareza quais as verdadeiras intenções por detrás do controle populacional ou do planejamento familiar. O autor enfatiza que “o problema do planejamento familiar, portanto, está diretamente relacionado com a capacidade dos países subdesenvolvidos de se desenvolver, distribuindo a renda de forma muito mais igualitária”. (PEREIRA, 1978, p.49). Sem uma elevação no padrão de vida da população, essas medidas estavam fadadas ao fracasso. No entanto, dentro do próprio governo, o consenso era de que o controle coercitivo da natalidade não era uma opção, preferindo-se considerar que a disponibilidade de métodos contraceptivos deveria ser um direito de todo cidadão e sua oferta, um dever do Estado. Foi ancorado neste discurso inflamado de crise econômica que o controle da natalidade se tornou pauta do Estado.

Partindo desta premissa, o *Jornal do Commercio* noticiou que o Governo do Amazonas, através da Secretaria de Saúde, implantou ainda no ano de 1980 um programa de planejamento familiar destinado principalmente ao atendimento das mulheres trabalhadoras. O método contraceptivo utilizado seria uma injeção de origem japonesa que havia sido proibida nos Estados Unidos por provocar, a longo prazo, câncer uterino e outras doenças graves. A nota de repúdio seguiu dizendo que o Governo do Amazonas pretendia oferecer às mulheres amazonenses como cobaias para os laboratórios estrangeiros. A empresa *Pathfinder Fund* passou a atuar no Amazonas oficialmente desde

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1985, como um projeto alternativo na área da saúde da mulher. Em Manaus, o intuito era gerar ainda mais lucros às multinacionais instaladas no Distrito Industrial. Neste contexto, muitas empresas consideravam a gravidez como um “crime”, um ato condenável nas empresas do Distrito, se constituindo em um problema para o patronato local. A questão econômica – como dito anteriormente – era a principal alegação para a implantação do projeto em terras amazonenses.

A discussão se mostrava um tanto polêmica. O que para uns era considerado um programa de planejamento familiar, para outros seria a esterilização em massa de mulheres contra a sua vontade. De acordo com um artigo publicado pela socióloga Sandra Jouan no *Jornal do Commercio*, a questão do planejamento familiar suscitava muitas dúvidas. Para o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas, o planejamento familiar deveria ser uma opção livre e consciente da mulher e do casal em relação ao número de filhos, assim como à melhor maneira para preveni-los. A partir do posicionamento do Governo do Amazonas, o Centro da Mulher se colocava contra qualquer forma sutil imposta à população feminina quanto à sua composição familiar. No caso da mulher trabalhadora, os riscos eram dobrados: “a eminência de serem demitidas e de terem o filho ainda no ventre, contaminado dadas as péssimas condições de trabalho das empresas” (*Jornal do Commercio*, 03 de out/1985, p.02).

Mesmo com dados imprecisos, o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas acreditava que cerca de 33% das mulheres amazonenses trabalhadoras com menos de 30 anos haviam sido esterilizadas pelo *Projeto Pathfinder*, segundo foi apontado pela socióloga, Sandra Jouan (*Jornal do Commercio*, 03 de out/1985 p.02). Este projeto revelou os métodos arbitrários e a condição humilhante aos quais estavam sujeitas as operárias do Distrito Industrial de Manaus. Segundo algumas notícias veiculadas neste período, a questão do controle da natalidade era um caso de saúde pública nacional e uma preocupação das autoridades, no entanto, como afirmou o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas, a política de planejamento não era apenas um debate sobre a reprodução da mulher, mas uma discussão ampliada sobre a necessidade de garantias a essas mulheres. (*Jornal do Commercio*, 29 de jan/1986 p.13).

Além do Amazonas, o projeto foi implantado nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Curitiba e Brasília. (Relatório das atividades da Pathfinder

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Fund, 1986, p.16). No entanto, após alguns testes, foi comprovado pelo Ministério da Saúde que uma série de irregularidades vinham sendo cometidas em relação às pesquisas iniciadas em mulheres de todo o país desde 1985. O risco à saúde da mulher ficou eminente. (*Jornal do Commercio*, 16 de jan/1986 p.06). Houve diversas denúncias divulgadas nos jornais de grande circulação da época que cobravam um posicionamento por parte do poder público, inclusive da própria imprensa, que segundo o Comitê da Mulher Trabalhadora, tratava o assunto com “sensacionalismo e desrespeito às mulheres”, considerando antiético o modo como o tema vinha sendo tratado. (*Jornal do Commercio*, 15 de out/1987 p.09).

Ainda com o intuito de minimizar a polêmica causada em torno das denúncias das operárias do Distrito Industrial de Manaus, o representante da empresa *Pathfinder Fund* no Brasil, o professor universitário José Santiago Gonzales, procurou o *Jornal do Comércio* para esclarecer que não houve qualquer tentativa de esterilização em massa previsto para as trabalhadoras do Distrito Industrial, sob o comando da empresa norte-americana. O que houve, segundo, José Gonzales, foi o envio do “rascunho” de um projeto de controle da natalidade, mas que o SESI respondeu negativamente ao interesse de implantá-lo. (*Jornal do Commercio*, 16 de ago/1986 p.11). O professor ainda ressaltou que a Universidade do Amazonas não estava envolvida neste projeto, como teria sido divulgado amplamente. Foi sugerida apenas “a participação de uma instituição mais credenciada para realizar este tipo de trabalho. (*Jornal do Commercio*, ago/1986 p.11).

O representante da *Pathfinder Fund* no Brasil destacou que Manaus não faria mais parte da rota de seus projetos devido à repercussão negativa que trouxe à fundação. De acordo com José Gonzales, “agora somos nós que não queremos implantá-lo mais, nem que nos peçam” (*Jornal do Commercio*, 16 de ago/1986 p.11). Se defende dizendo que a empresa já havia implantado mais de 40 projetos do mesmo gênero em todo o Brasil, utilizando-se de Universidades de renome e até de Secretárias de Saúde. O argumento da implantação do *Projeto Pathfinder* girava em torno da mesma justificativa: o controle da natalidade. Com a propaganda de que “não podemos deixar que as mulheres pobres tenham filhos indiscriminadamente. O que oferecemos não é esterilização, mas um controle familiar mais adequado” (*Jornal do Commercio*, 09 de ago/1986 p.10)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

De acordo com o próprio “rascunho” do *Projeto Pathfinder*, o maior beneficiado seria o setor industrial que, contratando esta empresa, poderia controlar, por exemplo, a vida privada das jovens operárias do Distrito Industrial de Manaus. As empresas se fundamentavam em um projeto que visava educar e prestar serviço a uma população predominantemente jovem que trabalhava no setor industrial, entendido como parte do processo de desenvolvimento econômico e social pregado desde o início da implantação da Zona Franca de Manaus. Essa ideia ainda era hegemônica na década de 1980. O *Projeto Pathfinder* viria para consolidar a expansão do planejamento familiar na região Amazônica, pelo menos na teoria.

Neste quadro de divergências, a chefe do Departamento Materno Infantil da Universidade do Amazonas, Laise Leitão de Brito, reconheceu que participou, de acordo com o *Jornal do Comércio*, de dois congressos patrocinados pela *Pathfinder Fund* – em Atibaia (SP), em 1984, e em Salvador, em 1985. Reconheceu ainda que a Universidade do Amazonas recebeu doações de medicamentos e equipamentos da *Pathfinder Fund*, mas que não pactuava com os objetivos do projeto. (*Jornal do Comercio*, 15 de ago/1986 p.10) A partir destas afirmações, é possível perceber que as autoridades competentes e órgãos de saúde buscavam se eximir de qualquer responsabilidade. No entanto, a polêmica em torno da esterilização em massa abriu um amplo debate na sociedade manauara sobre a moralidade ou não do projeto.

Acerca desses insumos recebidos pela Universidade do Amazonas, o sub-reitor e médico, Silas Guedes, considerou “um desperdício o barulho que estava fazendo em torno do assunto” (*Jornal do Comércio*, 15 de ago/1986 p.10). Para o sub-reitor, esses medicamentos e aparelhos doados pela *Pathfinder Fund* à Universidade do Amazonas tinham apenas fins didáticos e não teriam qualquer relação com o controle da natalidade dirigido, inicialmente a mais de 2.400 operárias das principais empresas do Distrito Industrial de Manaus. Porém, ao ser confrontado pelo *Jornal do Comércio* sobre a quantidade de medicamentos, o reitor não soube explicar o quantitativo elevado das doações se o objetivo era apenas para exposições em sala de aula. Seus argumentos inclinavam-se para mostrar que a “universidade era um centro de formação e propagação do conhecimento acadêmico e apenas com essa finalidade”. (*Jornal do Comércio*, 15 de ago/1986 p.10).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A Universidade do Amazonas também esteve envolvida na polêmica da utilização do medicamento *Nortplant*, cujo fornecimento vinha da empresa *Pathfinder Fund*, onde a pesquisa era coordenada por Lourivaldo Rodrigues de Souza. O *Nortplant* era um dos principais contraceptivos distribuídos entre as operárias do Distrito. Além do Amazonas, as cidades de São Paulo, Pernambuco, Paraná, Minas Gerais e Porto Alegre estavam realizando pesquisas com o *Nortplant* mesmo com a proibição da vigilância sanitária do Ministério da Saúde pelos efeitos nocivos causados pela medicação. Os testes foram realizados em mais de 3 mil mulheres nestes estados. (*Jornal do Commercio*, 17 de fev/1986 p.06). Em Manaus, o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas repudiou tais atos e se mostrou firme em não se calar diante do ultraje aos direitos da mulher amazonense. Unido a diversos segmentos da sociedade, o Centro da Mulher Brasileira exigiu maiores esclarecimentos e a elucidação daquilo que considerou um “abuso” ao direito de escolha e livre arbítrio das mulheres. (*Jornal do Commercio*, 21 de ago/1986 p.10)

É possível notar que as notícias veiculadas nos jornais locais relacionavam a questão da esterilização das mulheres operárias do Distrito Industrial de Manaus ao planejamento familiar, o que não condiz com a verdade dos fatos. Um tema tão abrangente e controverso, foi tratado de forma simplista, priorizando mais seus efeitos do que suas causas. De acordo com o *Jornal do Commercio*, o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas se “posicionou contra qualquer forma sutil imposta a população amazonense, através de discursos pseudodemocráticos para limitar o direito das mulheres”. (*Jornal do Commercio*, 12 de ago/1986 p.10) O uso de métodos contraceptivos foi usado indiscriminadamente nas mulheres brasileiras, como apontou o Centro da Mulher Brasileira – setor Amazonas. Sua preocupação incidia em cobrar do Governo do Amazonas maior seriedade quanto à questão da saúde da mulher amazonense, principalmente as operárias do Distrito Industrial de Manaus.

O Conselho Federal de Medicina também rejeitou a proposta de implantação do *Projeto Pathfinder* no Distrito Industrial, por não preencher os princípios éticos em seus parâmetros e por ferir os direitos de dignidade humana. De acordo com presidente do Conselho Regional, José Wilson Cavalcante, a posição contrária se devia, dentre outras irregularidades, ao aumento expressivo no número de participantes estipulado

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

oficialmente, à falta de informações sobre o protocolo utilizado, à inclusão de instituições sem o conhecimento do poder público e à ausência de acompanhamento a longo prazo das voluntárias envolvidas no *Projeto Pathfinder*. (*Jornal do Commercio*, 10 de set/1986 p.09)

Diante da ameaça à vida dessas mulheres, a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) descartou, no primeiro semestre de 1986, a implantação total do *Projeto Pathfinder* por parte das empresas do Distrito Industrial de Manaus. De acordo com o secretário da pasta, Fernando Ferreira, o projeto foi rejeitado devido a pressões de diversas entidades da sociedade civil. O parecer desfavorável do Conselho Federal de Medicina acelerou o processo de suspensão das pesquisas clínicas que envolviam o *Projeto Pathfinder*, o que levou o Ministro da Saúde, Carlos Santana, através da Portaria 32 de 28 de janeiro de 1986, a criar um grupo para desenvolver critérios de supervisão às equipes de pesquisa, o que garantiria em tese o acesso às informações e métodos alternativos de controle de reprodução nas instituições participantes, divulgando entre as voluntárias e a população em geral os resultados obtidos. (*Jornal do Commercio*, 13 de set/1986 p.09)

Conforme o *Jornal do Comércio*, no mês de outubro de 1986 foi instaurada uma sindicância para apurar o envolvimento da Universidade do Amazonas junto à *Pathfinder Fund* no projeto de esterilização em massa das mulheres amazonenses. A comissão foi presidida pelo professor e médico Mena Barreto. O médico reafirmou a todo momento a sua indignação quanto a “abominável ação de controle da natalidade adotado pelas empresas multinacionais instaladas em Manaus, acarretando em um modelo econômico gerador de desigualdades e injustiças sociais” (*Jornal do Commercio*, 18 de out/1986 p.11)

Acompanhando os trabalhos da sindicância e se empenhando em denunciar e cobrar um posicionamento das instituições ligadas à saúde, podemos dar destaque para o papel do Comitê da Mulher Trabalhadora (*Jornal do Commercio*, 06 de jun/1986 p.08). Além do trabalho de fiscalização, o comitê desenvolveu um trabalho base com o objetivo de conscientizar as operárias do Distrito Industrial quanto ao perigo de utilização de métodos contraceptivos fornecidos pelas empresas sem a devida procedência. A pressão exercida por diversas entidades ligadas à defesa do direito das mulheres no Amazonas contribuiu para alertar a sociedade civil quanto aos perigos oferecidos pelo *Projeto*

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Pathfinder na região, sem considerar as características locais e sem consultar as mais interessadas neste processo: as trabalhadoras. A arbitrariedade das empresas esbarrou na resistência feminina construída paulatinamente dentro do movimento operário do Distrito Industrial de Manaus desde o início da década de 1980. A recusa da esterilização em massa foi apenas o princípio desta luta que prosseguiu durante muitos anos. No entanto, apesar da grande repercussão, a sindicância não conseguiu comprovar a participação efetiva de nenhuma instituição no *Projeto Pathfinder* em Manaus. A conclusão que se chegou foi de que não houve nenhum programa de controle da natalidade ou esterilização em massa nas trabalhadoras do Distrito Industrial de Manaus patrocinado por qualquer organização internacional.

A ampla discussão acerca do que se convencionou chamar de planejamento familiar apresentou não apenas no Amazonas, mas em outras regiões do Brasil, ações rígidas de controle dos corpos femininos, havendo inúmeras denúncias sobre a prevalência de tais práticas. Com o intuito de averiguar possíveis irregularidades, em 1991, acatando o requerimento da deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ), foi instalada pelo Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – composta por deputados e senadores – para investigar a esterilização em massa de mulheres no Brasil e cujo relatório foi aprovado em fevereiro de 1993. Naquele momento, o Brasil não adotava uma política oficial de controle da natalidade, embora houvesse demanda das mulheres neste sentido. O Código Penal proibia a esterilização cirúrgica, método irreversível e considerado crime de mutilação.

A CPI da Esterilização, como ficou conhecida, documentou o cenário de riscos para a saúde das mulheres, face aos abusos de uma prática clandestina, conduzida de forma indiscriminada pelo governo. Perante tais constatações, se investigou causas e consequências da prática ilegal, a partir de dados e pesquisas da época, mostrando que mais de 45% das brasileiras em idade reprodutiva foram esterilizadas. No Amazonas, esse percentual chegou a 55,4%. (Relatório final da CPI, nº796/91, p.54). Pressões de cunho arbitrário exercido por empresas, exigiam o atestado de esterilização para a admissão das mulheres no emprego, como foi o caso do Distrito Industrial de Manaus. A CPI denunciou a ação não oficial de controle da natalidade financiada com recursos internacionais instalada no Brasil desde a década de 1960, como o realizado pela *Pathfinder Fund*.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Confirmou que este cenário foi mais frequente em regiões pobres, verificando que a maior a proporção foi de mulheres negras. Destacou o baixo nível de informação sobre fecundação e anticoncepção e a oferta restrita de alternativas contraceptivas. Todos esses dados estatísticos foram oriundos do relatório final da CPI, nos quais verificou-se o uso abusivo das políticas públicas de atenção à saúde da mulher para intervir sobre os corpos de mulheres trabalhadoras em idade reprodutivas.

O relatório da CPI recomendou a mobilização de todas as esferas governamentais para estancar este processo, qualificado como de degradação humana, envolvendo relações sociais, econômicas e políticas – internas e do âmbito das relações internacionais – que poderiam se agravar. Foi consenso entre os/as parlamentares que o Brasil precisava regulamentar a esterilização cirúrgica e todas as ações para o planejamento familiar. O PL 9.263 de 1996 cumpriu este objetivo, dentro da visão de atendimento integral à saúde e proibindo ações políticas para qualquer tipo de controle demográfico. As pressões exercidas sobre a saúde da mulher trouxeram para o espaço público o debate acerca do direito individual, dos limites do que era esterilização em massa ou planejamento familiar. Remetendo às trabalhadoras do Distrito Industrial de Manaus, expôs a violação no campo dos direitos humanos, da cidadania e das relações sociais.

Considerações Finais

O *Projeto Pathfinder* foi um dos exemplos mais claros dos abusos cometidos pelas empresas Distrito Industrial de Manaus contra as operárias na década de 1980. Não se tratou de um simples controle da natalidade voltado para atenção à saúde da mulher trabalhadora, mas arbitrariamente de uma esterilização em massa que repercutiu negativamente perante toda a sociedade manauara. Ficou evidente que o projeto veio imbuído de um discurso de planejamento familiar para esconder seu caráter regulamentador e restritivo. Um aspecto importante revelado neste breve texto foi perceber que as experiências dessas mulheres colaboraram para dar ensejo a luta feminina em suas mais variadas vertentes e tempos distintos. Se para isso foi necessário romper com os ecos do preconceito e da exploração de seus corpos, elas cumpriram bem esse papel.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Referência

ARAÚJO, Anelise Rodrigues Machado de. **“População, o problema do nosso tempo”:
controle da natalidade, culturas políticas e relações de gênero (estados unidos/brasil,
1960-1970)**. Anais do XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, p.01-09,
2015.

OSIS, Maria José Martins Duarte. **Paism: um marco na abordagem da saúde
reprodutiva no Brasil**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 14(Supl. 1):25-32, 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Controle da população e ideologia**. Revista de
Administração de Empresas. Rio de Janeiro, out./dez. 18(4):45-50, out./dez. 1978.

RIBEIRO, Marlene. **De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico:
Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos
trabalhadores amazonenses**. Dissertação de mestrado em Educação apresentada à
Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

Outras fontes

Jornal A Crítica, Manaus.

Jornal do Commercio, Manaus.

Relatório das atividades da Pathfinder Fund - Sistema de Informações do Arquivo
Nacional – SAI. Disponível em: < <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em 13 dez. 2020.

Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Incidência de Esterilização
em Massa de Mulheres no Brasil nº796/91. Disponível em: < <https://sian.an.gov.br/>.
Acesso em 03 nov. 2020.